



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16569 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT21 - Educação e Relações Étnico-Raciais -N

REVERBERAÇÕES DE UM PROJETO EXTENSIONISTA PAUTADO PELAS COTAS RACIAIS E PELAS LEIS Nº 10.639/11.645

Railine Simões Gomes - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Vanessa Damasceno de Jesus - UFBA-MPED – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Maria Pinho - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

## REVERBERAÇÕES DE UM PROJETO EXTENSIONISTA PAUTADO PELAS COTAS RACIAIS E PELAS LEIS Nº 10.639/11.645

### 1 INTRODUÇÃO

A escola é um espaço plural, responsável pela formação dos indivíduos em suas dimensões intelectuais, afetivas, cognitivas, identitárias entre outras. Partindo desse pressuposto, pensar a construção e valorização das identidades negras e indígenas é uma necessidade urgente com vistas a enfrentar as múltiplas discriminações sofridas pelas pessoas negras e indígenas no contexto da educação brasileira, bem como reafirmar a existência dessas pessoas.

Desse modo, este texto nasceu a partir de experiências vivenciadas por duas mestrandas, de um campus universitário no interior do estado da Bahia, que construíram um projeto extensionista pensando em semear informações tão importantes e caras quanto às cotas raciais e as leis nºs 10.639 e 11.645 que estabelecem pontes entre o espaço de educação escolar e a sociedade de modo a trabalhar história, cultura afro-brasileira e indígena de modo contextualizada com as vivências dos estudantes e as realidades presentes nos dias atuais.

A partir de análises do passado, em uma tentativa de provocar mudanças, reescrever o presente e pensar um futuro onde a diversidade seja celebrada como marca positiva da nossa humanidade e, principalmente, construir uma sociedade para pessoas negras e indígenas sejam identificadas pela cor de sua pele, mas não de forma estereotipada, silenciada e agressiva, mas como característica da sua identidade e do seu pertencimento racial, como característica da sua existência.

Dessa forma, acreditamos que a escola é um espaço “privilegiado” para fomentar atividades de conscientização, enfrentamento e resistência. Assim,

compreendemos as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais como transdisciplinares e necessárias nas propostas curriculares, a fim de que sejam trabalhadas ao longo do ano letivo e não apenas em momentos pontuais. Posto que essas atividades marcam a formação dos sujeitos e impactam positivamente na forma dessas pessoas perceberem e se aceitarem. Em contrapartida, quando a escola não se preocupa com essas questões tende a ser alheia a isso e acaba compactuando, por omissão, com práticas racistas e discriminatórias, destacamos também que a importância de uma educação antirracista não se restringe apenas as práticas pedagógicas de cada docente, mas atravessa também os currículos.

## 2 DESENVOLVIMENTO

O principal objetivo do projeto extensionista foi visualizar como as leis nºs 10.639 e 11.645 aparecem no cotidiano escolar, nos hábitos e discursos de educandos do 9º ano de um colégio particular, situado no sertão baiano para a partir daí falar sobre as cotas raciais. Quando se leva em consideração a formação da cultura brasileira devemos considerar, indiscutivelmente, o racismo e as estruturas de domínio acerca das minorias, como por exemplo, negros e indígenas.

A promoção em discutir realidades como essas reflete a urgência de dialogar nos espaços escolares acerca de temas como essa atividade intervencionista buscou realizar. De igual modo, as discussões desenvolvidas, dentro do contexto educacional e bibliografia proposta, reforça a indispensável necessidade de diálogos que visam à construção de uma educação antirracista. Dessa forma, as ações foram baseadas na metodologia participativa em que se pensou na ação-reflexão-ação para que os educandos pudessem contribuir efetivamente e que os objetivos pretendidos fossem alcançados.

As ações do projeto foram pensadas com vistas a serem realizadas em dois dias. O primeiro para falar sobre as leis nºs 10.639 e 11.645; o segundo, sobre as cotas raciais. A instituição escolhida foi um colégio particular situado no interior do estado. Os alunos eram do 9º ano dos anos finais do ensino fundamental, uma turma composta por sua grande maioria negros/as.

O primeiro momento foi para conhecer os educandos do Colégio em questão. Dessa forma, iniciamos com a ornamentação do espaço, com livros de Conceição Evaristo, Carolina Maria de Jesus, Ryane Leão (ambas escritoras negras) e, para quebrar o gelo nos apresentamos, deixando marcado a nossa identificação enquanto mulheres negras. Logo em seguida, apresentamos os principais pontos das leis, ao passo que íamos relacionando com a realidade escolar dos educandos. Para falar sobre literatura de autoria feminina negra, levamos o conto *Maria* da professora e escritora Maria Conceição Evaristo, conto este que traz a narrativa de vida de Maria, uma mulher negra, mãe solo, empregada doméstica, que sofre diversos tipos de violências por conta do racismo que impera na sociedade. Algumas meninas tiveram o interesse em pegar o livro físico, folhear e se ambientar mais com que havia lido.

Durante a leitura, ouvia-se suspiros e espantos, como já era o esperado visto que a escrita de Conceição Evaristo consegue falar de nós e nos desconcerta ao mesmo tempo. Para finalizar o primeiro dia, realizamos a dinâmica do espelho para que os educandos olhassem-se e atentassem às suas características físicas-externas e internas, dissessem sobre tais. E assim fizeram. Para concluirmos esse momento reflexivo, os educandos disseram uma palavra que identificasse aquilo

que estavam vendo em sua frente (a sua própria face) e que valorizasse a sua estética, a partir de suas experiências pessoais e do que foi realizado na intervenção. Saíram palavras como “bonita”, “inteligente”, “linda”, “maravilhosa”, enquanto outras silenciaram-se e apenas observaram-se rapidamente.

Como podem perceber, no primeiro dia buscamos dar ênfase nas leis 10.639/11.645 e perceber como elas apareciam nas falas, olhares e jeitos dos/as educandos/as. Fomos na expectativa de que eles já estivessem ambientados com ações antirracistas na escola e em suas comunidades. Refletimos junto com os educandos a respeito das categorias de identidade e raça, a fim de falar sobre o respeito à diversidade e valorização da cultura, tradição e história afro-brasileira e indígena (Gomes, 2005).

No segundo dia foi realizada a discussão da importância de ações afirmativas com ênfase nas cotas raciais e a inclusão de pessoas negras nas universidades e as leis 10.639/11.645, para isso, apresentamos a música: *As cotas* - o filme para justamente fazer um panorama das cotas raciais, o seu impacto para a sociedade e como mudou a cara da universidade. Este fenômeno também significou uma forma de reparação histórica por conta de toda escravização e desigualdades em relação às pessoas negras. Além disso, realizamos uma leitura coletiva do poema *Tinha que ser preto* por Felipe Marinho. Cada estrofe lida, um choque de realidade para nós. Aproveitamos este dia para fazer um panorama das cotas raciais e o quanto elas realmente abriram e abrem portas.

O acontecer de cada ação constituída no projeto extensionista foi melhor do que imaginávamos, visto que eles interagiram bastante, perguntaram e fizeram alguns complementos durante as ações e até mesmo depois, levando-se em consideração que sempre tem os/as mais tímidos/as, que preferem ficar mais calados, mas que na expressão de seus corpos demonstraram estar gostando.

Mesmo com a escravização sofrida pelas pessoas negras, ainda há quem diga que cota é esmola, ou é privilégio, sendo assim, tais pessoas não enxergam as cotas raciais como uma política de reparação histórica, dificultando assim que mais pessoas negras concorram a processos seletivos através do sistema de cotas, desse modo, há pessoas negras que não acessam as cotas por não se identificarem como pertencentes a tal grupo racial, ou por medo de serem humilhadas e/ou inferiorizadas, uma vez que algumas pessoas não negras continuam reafirmando o discurso de que: “só passou na universidade por causa das cotas”, “as cotas foram criadas para pessoas menos inteligentes como você”, “por cotas, até eu que não estudo, passaria”, “não precisa ser inteligente para ser aprovada no mestrado, você pode concorrer através das cotas”, “todos podem concorrer por cotas ou só pessoas como você?”, “não sei pra que cotas, todos têm as mesmas oportunidades”, “Como tu conseguiu ser aprovada tão rápido no mestrado? Ah, você deve ter concorrido por cotas, assim fica fácil, pena que minha filha não pode concorrer por cotas.”

Tais discursos são extremamente perversos por questionar frequentemente a capacidade e o potencial das pessoas negras e cotistas, dessa forma, muitas pessoas que têm direito às cotas, deixam de concorrer através desse sistema como uma maneira de se blindar dessas situações, ainda que essas pessoas saibam e reconheçam a importância dessa ação afirmativa para as pessoas negras.

Visto isso, sabemos que “ainda existe um apagamento de quem somos”, muitos adolescentes, jovens e até adultos não sabem que são negros e Bianca

Santana (2015), em seu livro *Quando me descobri negra* traz alguns elementos sobre autoconhecimento e autoafirmação de ser negro/a; fala sobre a história dela, mas também sobre várias outras mulheres negras de todo o Brasil. As histórias, tanto aquelas vividas por Bianca como aquelas que ela ouve, são histórias que nós, mulheres negras, poderíamos desenhar das nossas vidas individuais. É engraçado como as experiências humanas podem se repetir com diferentes indivíduos de diferentes idades e épocas

Vale ressaltar que este projeto foi uma avaliação de um componente curricular do mestrado do qual fazemos parte. E a motivação para falar sobre ações afirmativas nasceu a partir dos temas propostos e por nossa trajetória pessoal e acadêmica, que por vezes se coadunam, construindo assim nossas identidades e reafirmando nosso pertencimento racial. Do mesmo que, tal projeto contribuiu também para a compreensão da turma quanto às questões vinculadas a raça e as ações afirmativas, tão caras ao povo negro.

Aconteceu um fenômeno de escuta atenta por parte das/os meninas/os presentes. Entre uma fala e outra, foi feita a seguinte pergunta: “quem aqui se identifica como negro ou negra, levanta a mão”. Quase todos levantaram as mãos, mas uma das meninas ficou em dúvida e nos perguntou: “o que significa ser negra”? Logo, explicamos que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, as pessoas negras são as pardas e pretas, que ser negro tem a ver com a cor de pele, cabelo, nariz, traços fenótipos. A menina prontamente disse que então era negra também. Muitas vezes, tanto para acessar os seus direitos e reconhecer seu pertencimento racial é preciso que haja uma difusão de informações e conhecimentos, não basta apenas dizer que tal pessoa é negra, é preciso falar o porquê de uma pessoa ser considerada negra.

Não é possível dissociar a educação das situações cotidianas, é preciso, pois pensar em uma educação que seja capaz de contribuir com as demandas presentes, desse modo, faz-se necessário educar para a diversidade, eis a necessidade do tempo presente. Comumente somos atravessados por casos de racismo em todas as dimensões sociais, seja na escola, na rua ou em qualquer outro espaço, mas como nós, professoras/es, reagimos diante de um caso de racismo dentro da sala de aula? O que fazer ou o que dizer? Será se as práticas pedagógicas têm dado conta de desconstruir os discursos impregnados de racismo? Ou será que tem contribuído para práticas cada vez mais racistas sustentando os discursos coloniais? Qual o papel do currículo? Segundo Almeida (2021, p. 51), “[...] o racismo como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente sejam discriminados de forma sistemática”.

Assim, podemos afirmar que no Brasil há um racismo estrutural porque embora a escravização tenha sido “extinta”, ainda hoje as pessoas negras são vistas e tratadas como naquele período, e os indígenas são na maioria das vezes, invisibilizados. De acordo com Almeida (2021), na sociedade brasileira, os negros ainda são tratados como inferiores, incapazes, como aqueles que devem ocupar os espaços subalternos e receberem os menores salários, os indígenas por sua vez são considerados como “selvagens”, sem cultura, sem conhecimento (Altimicks; Canton, 2020, p. 155). As marcas históricas do racismo estão presentes na vida de cada pessoa negra que se vê, cotidianamente, ameaçada por práticas discriminatórias e racistas.

## 2.1 Resultados e discussões da pesquisa

Esse projeto interventivo teve a pretensão de visualizar, com precisão, dentro do contexto do espaço escolar, a maneira como as estruturas de identificação racial são visualizadas, isto é, como a comunidade educacional do colégio em questão visualiza as políticas de valorização racial, bem como de reparação histórica. Nasceu a partir da urgência na promoção de possibilidades de discussões no âmbito racial que visa uma conscientização e práticas de identificação racial, valorização ancestral e diminuição de discussões de fomento ao ódio, descaso e desvalorização humana e racial.

Com toda a dimensão histórica, social, política e cultural e com todas as ações que foram desenvolvidas com comprometimento político, ético, racial e educacional a fim de perceber como as leis 10639/11645 aparecem no falar e olhar dos educandos que estavam presentes na atividade extensionista, bem como levar de forma mais intensa como surgiram essas leis e seu impacto e relevância na vida educacional dos educandos que estão nos anos finais do ensino fundamental, mas que irão futuramente tentar ingressar numa universidade. Portanto, pode-se compreender a partir das intervenções realizadas e da contrapartida dos educandos, que falar sobre ações afirmativas, em especial as leis 10639/11645 e cotas raciais é de suma importância para que este conhecimento seja disseminado e para esses e outros indivíduos possam usufruir desse e de outros direitos garantidos por lei. Dessa forma, pensar num projeto para falar sobre ações afirmativas e cotas raciais é, sobretudo, um ato político pensando em tantas pessoas negras que podem e devem acessar uma universidade pública, de qualidade e que é um espaço nosso também.

## 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cotas raciais são muito significativas como reparação histórica e por contribuir para o ingresso de tantas pessoas negras nas universidades e em outros espaços que antes eram ocupados quase que exclusivamente por pessoas brancas, no entanto, muita gente ainda desconhece as cotas e o porquê da sua existência. As cotas têm mudado a cara das universidades, seja o corpo docente ou o corpo discente, os hospitais, escolas e outros espaços de estudo e de trabalho. Ao contrário do que muitos dizem, as cotas não são privilégios, esmola ou algo do tipo, as cotas são reparações históricas conquistadas através das lutas dos movimentos sociais, sobretudo do movimento negro (Gomes, 2017).

Desse modo, falar das políticas afirmativas é falar também da importância social das pessoas negras, uma vez que tais pessoas já foram marginalizadas durante muito tempo, impedida de acessar diversos espaços, nesse sentido, as cotas como reparação histórica, é também justiça social para com as pessoas negras. É necessário também que haja ampla divulgação da mesma, para que mais pessoas pretas tenham conhecimento e acesso, é importante também que as pessoas saiam em defesa das cotas, pois existem determinados grupos que tentam a todo custo minimizar a sua importância e o potencial das pessoas cotistas. Assim, as intervenções realizadas no Colégio particular do interior foram enriquecedoras, posto que foi possível conversar com a turma sobre uma educação antirracista e apresentar alguns desdobramentos das leis 10.639\2003 e 11.645\2008 e da lei de cotas e reforçar o que Bia Ferreira denuncia em sua música “cota não é esmola”.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural\ Silvio Luiz de Almeida. –São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALTMICKS, Alfons Heinrich; CANTON, Anayme Aparecida. Etno desenvolvimento indígena: o caso Kaimbé. Revista **CESUMAR**. jan./jun. 2020, v. 25, n. 1, p. 154-168DOI: 10.17765/1516-2664.2020v25n1p154-168. Disponível em: <https://doi.org/10.17765/1516-2664.2020v25n1p154-168>. Acesso em 22 de abril de 2024.

**BRASIL**. Lei n. 10.639/03, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em 25 de abril de 2024.

GOMES, Nilma L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: **BRASIL. Educação Anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. P. 39 - 62.

GOMES, Nilma Lino. **Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SANTANA, Bianca. Quando me descobri negra. Ilustração Mateu Velasco. São Paulo: Sesi-SP Editora, 2015. 96 p.